



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

KARLA JANAINA DE LIMA MONTE

EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIA COGNITIVA

ARIQUEMES - RO
2016

Karla Janaina de Lima Monte

EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIA COGNITIVA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção de grau de licenciado em Educação Física.

Prof. Orientador: Osvaldo Homero Garcia Cordero.

Ariquemes - RO

2016

Karla Janaina de Lima Monte

EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIA COGNITIVA

Monografia apresentada ao curso de graduação em Educação Física, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial à obtenção de grau de licenciado.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orientador: Osvaldo Homero Garcia Cordero
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Prof. Rafael Alves
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Prof. Fabricio Pantano
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Ariquemes, 22 de Junho de 2016

Dedico o presente momento a todos aos meus familiares pela compreensão, amor, afeto e carinho que tiveram comigo durante esse momento e que de uma forma ou de outra colaboraram para essa conquista.

Dedico também a todos os meus amigos que me apoiaram, e me deram incentivo para chegar à reta final, agradeço também a todos os Professores e colaboradores do curso pela ajuda, pois sem eles com certeza não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus pais por tudo que fizeram e ainda fazem por mim, pelos valores morais e éticos que sempre transmitiram em minha vida.

A toda a minha família pelo apoio estímulo e compreensão por em todos os momentos que me ajudaram nos estudos.

Aos amigos que sempre estiveram presente nos momentos mais difíceis e momentos de alegria, que apoiaram e deram força.

Aos colegas de classe que nessa jornada que não foi muito fácil, mas que hoje poderá comemora mais uma Vitória.

Aos professores e colaboradores do curso, em especial ao professor Orientador Osvaldo Homero pela atenção e a colaboração nesse estudo.

(...) Uma área do conhecimento em Educação Física e Esportes que tem por objetivo privilegiar uma população caracterizada como portadora de deficiência ou de necessidades especiais, e desenvolve-se através de Atividades Psicomotoras, Esporte Pedagógico, Recreação e Lazer Especial, e Técnicas de Orientação e Locomoção.

(ROSADAS, 1994, p. 23)

RESUMO

O presente estudo apresenta um breve conhecimento sobre a Educação Física e a Deficiência Cognitiva e as diversas deficiências, correspondendo à pesquisa do tipo bibliográfica. Esse tipo de pesquisa está incluído na gama de pesquisas do tipo documental, mas se caracteriza, principalmente por ser desenvolvida a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos e em base de dados disponíveis via internet. Será apresentada a abordagem histórica ao longo do tempo, para compreendermos a trajetória das pessoas com deficiência que foi marcada por lutas contra o preconceito e em favor do direito de cidadania dentro das sociedades e o papel da Educação nesse contexto, apresentar as conquistas e os direitos conquistados pelos deficientes, e o seu direito a inclusão escolar na escola regular, com atendimento especial aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A definição dos tipos de deficiência e em especial a Deficiência Cognitiva, e suas causas, e por fim o fundamento desse estudo expor a os benefícios e a importância que a Educação Física traz para os Deficientes Cognitivo.

Palavras-chave: Educação Física, Deficiência Cognitiva, Deficiência.

ABSTRACT

This study presents a brief knowledge about Physical Education and Cognitive Disabilities and various disabilities, corresponding to the search of bibliographical. This type of research is included in the range of research of documentary type, but is characterized mainly be developed from material already prepared as books and scientific articles and available via internet database. You will see the historical approach over time, to understand the history of people with disabilities that was marked by struggles against prejudice and in favor of the right of citizenship within societies and the role of education in this context, present achievement and rights conquered by the disabled, and their right to school inclusion in the regular school, with special attention to students with special educational needs. The definition of disability and cognitive impairment, and their causes, and finally the foundation of this study exposed to the benefits and the importance of Physical Education brings to the disabled and particularly for Cognitive Disabled.

Keywords: Physical Education, Cognitive Disabilities, Deficiency.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
EFA	Educação Física Adaptada
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
QI	Quociente de Inteligência
SDH	Secretaria de Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS:	12
2.1 OBJETIVO GERAL:	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	12
3 METODOLOGIA	13
4 REFERENCIAL TEÓRICO	14
4.1 A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA	16
4.2 DEFICIÊNCIA NO CENÁRIO MUNDIAL	16
4.3 PCN – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	18
4.4 - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E INCLUSÃO DOS DEFICIENTES	21
4.5 - DEFINIÇÕES: DEFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA COGNITIVA	23
4.6 - IMPORTÂNCIA E RECOMENDAÇÕES PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES COGNITIVOS	26
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

O trabalho vem no intuito de apresentar e considerar as contribuições que a Educação Física pode trazer na vida e na inclusão escolar, dos alunos com Deficiência Cognitiva.

Para a realização desta pesquisa, procurou-se compreender a história da pessoa com deficiência, na história da humanidade os deficientes eram vistos como a imagem da deformação do corpo e da mente, e tiveram que lutar muito em busca dos seus direitos a cidadania, assim várias ações foram feitas, favorecendo a consolidação do novo paradigma de Educação Inclusiva e suas relações com a Educação Física Escolar, especialmente no que relaciona os alunos com diversas deficiências físicas e as fundamentais estratégias diversas e as principais estratégias de atuação dos profissionais de Educação Física para essa matéria ser uma forma de ajudar os deficientes.

O Brasil possui milhões de pessoas com alguma deficiência. Isto significa que na população brasileira, existe uma boa parte de pessoas que têm alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou é possui alguma deficiência física ou mental. Provavelmente, esse número de pessoas deficientes só vem aumentando nos últimos anos.

Sendo assim, veio a surgir a Educação Física Adaptada (EFA), para as pessoas com deficiências e que tem como significado: Uma área da Educação Física e dos esportes com conhecimentos e com a finalidade de privilegiar uma população denominada como Pessoas com Deficiências e desenvolve-se através de técnicas de orientação e locomoção, com atividades psicomotoras, recreação e lazer especial, e esportes pedagógico.

Decorrendo através de leis e artigos que beneficiem os deficientes se constitui que os alunos com necessidades educacionais especiais, tem o direito a atendimento desde o início da educação infantil, devendo ser matriculados com todos os outros alunos, em escola regular, com os serviços de Educação Especial, cabendo a escolar se organizar para o atendimento desses alunos, juntamente com a interação da família do aluno e da comunidade.

A Educação Física tem o objetivo de tratar o aluno com deficiência sem desigualdade, facilitando a inclusão, pela possibilidade de cumprimento das atividades tornando a autoestima e a autoconfiança do aluno mais elevada.

Sendo assim o escopo desse estudo é transcorrer sobre os benefícios que a Educação Física traz a vida do aluno com Deficiência Cognitiva, tendo um lugar importantíssimo no desenvolvimento motor, intelectual, afetivo e social dos alunos, pois a Educação Física é uma disciplina que trabalha inteiramente com o corpo, com o auxílio do esporte que também é muito importante, pois leva o aluno a desenvolver sua parte funcional e somática, baseado em norma que respeitem a individualidade de cada um, suas capacidades e limitações. Sendo assim leva o aluno a entender melhor que é capaz de fazer individualmente também o que o outro faz e também a entender quais são suas limitações e principalmente para o aluno com deficiência descobrir quais as suas capacidades.

2 OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Identificar a importância que traz a Educação Física para os alunos com Deficiência Cognitiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer a história dos deficientes e suas conquistas;
- Evidenciar as leis e o direito a inclusão dos alunos com deficiência;
- Propor um conhecimento maior sobre a Deficiência Cognitiva.
- Aprimorar e reconhecer através da Educação Física os potenciais dos alunos com Deficiências Cognitivas;
- Divulgar a importância que traz a Educação Física nas atividades cotidianas do Deficiente Cognitivo.

3 METODOLOGIA

O presente estudo corresponde à pesquisa do tipo Bibliográfica. Esse tipo de pesquisa está incluído na gama de pesquisas do tipo documental, mas se caracteriza, principalmente por ser desenvolvida a partir de material já elaborado.

Foram utilizados nessa pesquisa artigos científicos sobre o tema. Sendo utilizados artigos nacionais disponíveis online entre os anos de 2001 á 2014. Também a utilização de livros online, acervos digitais, sites e portais.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Começando na história da humanidade as pessoas com deficiências sempre foram tratadas com muito preconceito e tiveram que lutar em busca dos seus direitos a cidadania. Na história das pessoas com deficiência eles eram visto como a imagem e deformação do corpo e da mente, e visto como a imperfeição humana.

Segundo Gugel (2007), os próprios pais abandonavam seus filhos dentro de cestos e lugares considerados sagrados. Os que conseguiam sobreviver na cidade eram explorados e até se tornavam atrações de circos. O indivíduo com deficiência era visto como castigos de Deus chegavam até a dizer que eram seres diabólicos, bruxos e até feiticeiros, que para se purificarem necessitavam ser castigados. Nessa época havia a ajuda da igreja que acolhiam essas crianças deficientes, se tornando um aliado deles. Os pais de crianças com deficiência chegavam a achar que seus filhos possuírem alguma deficiência ou deformações fosse castigo por coisas erradas que pudessem ter feitos, e não aceitavam essas crianças, sendo assim essas crianças eram abandonas muitas vezes em portas de igrejas que as recebiam.

Segundo Jannuzzi, (2004) há também relatos de que crianças com deficiências eram deixadas em lugares desumanos, sendo atacadas por bichos que muitas vezes as atacavam e matavam. Religiosas da época tendo em vista esses abandonos das crianças foram criadas em 1726 as chamadas rodas de exposto onde se colocavam as crianças e as religiosas as acolhiam e proporcionavam alimentação educação e os cuidados que fossem necessitados.

Para Mazzotta (2005, p.16) a religião ao dizer que o “homem como a imagem e aparência de Deus”, dava a fantasia de ser perfeito, incluía a condição humana, a mental e a física, e que dessa forma não se pareciam com a imagem de Deus, os que tinham deficiências e imperfeições, e por isso eram considerados culpados pelas suas deficiências e tidos como não sendo de Deus.

As pessoas entendiam que sendo assim o deficiente não era coisa de Deus, mais mesmo quem tinha o objetivo de abrigar, proteger e educar os deficientes que eram os hospitais e asilos de caridade, acabavam excluindo- os da sociedade, e do

convívio com outras pessoas, pois os internavam ali, e deixavam separados da sociedade o que faziam fazer serem visto como diferentes e anormais.

Carvalho (1997) descreve ao longo do tempo as formas de tratamentos que as pessoas com deficiência sofriam, em diversas culturas eram vistos como um mal e que deveriam ser sacrificados, e não tinha nenhum direito, eram evitados e perseguidos, consideravam como possuídos pelo demônio e representação do mal, e eram isolados, e como se fossem um pecado cometido contra Deus.

Os estabelecimentos acolhedores e de custódia, segundo Aranha (2001) era observada como lugares segregados, designados Instituições Totais. Na caracterização da inclusão da sociedade e deficiência foi constituído o primeiro paradigma formal que foi caracterizado com a criação de instituições de abrigos para as pessoas com deficiência. Então houve questionamentos por que ao contrario de décadas atrás, onde os indivíduos com deficiência era afastado da sociedade, a forma de ajuda-lo então foi uma surpresa para a época.

Mesmo com tudo isso, os hospitais mais se pareciam a prisões sem qualquer tipo de tratamento especializado, foi então que deu inicio a desenvolver-se o atendimento aos indivíduos com deficiências, com assistência especializada em ortopedia para os mutilados das guerras, que como sempre influenciava muitos períodos, e para indivíduos cegos e surdos.

No século XIX Philippe Pinel, desde daquela época, já indicava que indivíduos com perturbações mentais necessitariam ser tratados como doentes, ao inverso do que era até então, quando eram tratados com brutalidade e discriminação.

Deram inicio então a uma profunda busca de informações no campo biológico, para encontrarem esclarecimentos fisiológicos e anatômicos das deficiências, isso foi marcada pela participação médica em busca de conhecimentos e na reabilitação das pessoas com deficiências, e também houve a preocupação com a educação para os deficientes. Mazzotta (2005, p.17) cita que “foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais”.

Já no Século XX foi caracterizado por varias transformações de paradigmas, trazendo melhorias importantes para os indivíduos com deficiência, especialmente em relação às ajudas técnicas: bengalas, cadeiras de rodas, sistema de ensino para cegos e surdos, entre outros que foram se aprimorando. A sociedade começou

coletivamente se organizarem para vencerem as dificuldades e também para melhor acolher as pessoas com deficiências. A necessidade da participação e integração da sociedade de um modo ativo trouxe a conscientização dos direitos humanos, marcaram uma ampla alteração sobre a deficiência foi alguns estudos em relação aos indivíduos com deficiências. Foi no caso de Vigotski que, como acentua Luria:

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudavam a criança deficiente, Vigotski concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam habilidades estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integrais. Interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências. (LURIA 2001, p.34)

Assim sendo, no século XX, os indivíduos com deficiências passaram a ser considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade; Mais ainda assim numa abordagem assistencial. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas à discriminação.

4.2 DEFICIÊNCIA NO CENÁRIO MUNDIAL

No cenário mundial os deficientes foram conquistando os seus direitos e deixaram suas marcas pela história e datas importantes.

Em 1990 em março, aconteceu em Jomtien, na Tailândia, foi proclamada a Declaração de Jomtien, Conferência Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990), onde a Declaração de Jomtien foi proclamada. Nesta declaração o documento diz que a educação é reforçada como um direito fundamental de todos, homens e mulheres, seja de qualquer idade, em qualquer país do mundo. Além de reforçar a Declaração Universal de Direitos Humanos, cita que é fundamental a educação no desenvolvimento das sociedades e das pessoas e contribuindo para se conquistar um mundo mais justo e mais saudável em todos os sentidos.

Pode ser, dizer então, que a Declaração Jomtien foi a primeira a impulsionar e citar a luta para todas as pessoas em geral.

Pela influência e planejamento e princípio da implementação do pressuposto firmado em Jomtien foi feita a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas

Especiais: Em junho de 1994 pela Unesco em Salamanca (Espanha), foi realizada implementação de acesso e qualidade, que norteariam a construção de sistemas mais inclusivos, foi assim que os países que participavam declaram ao mundo os princípios. (BRASIL, 1994). A seguir, alguns deles:

- Toda criança apresenta características de aprendizagens que são únicas, habilidades, interesses, e necessidades diferentes;
- Levando em conta a diversidade humana e suas necessidades, deveriam ser convocados sistemas educacionais, que também incluísse quem é da educação especial, e a todos os excluídos, a acesso a escola regular dando oportunidade de uma pedagógica centralizada no estudante com valorização das suas possibilidades e capacidades, e na satisfação de suas necessidades.
- Escola regulares como meio eficaz de combater as atitudes discriminatórias, possuindo orientação inclusiva, criando – se importantes espaços de transformação e de acolhimento, transformando em uma cultura inclusiva para assim dessa forma conseguirmos alcançar o ideal de escola para todos com qualidade.

Na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) se conduz a todos os governos, incitando-os a:

- A melhoria de seus sistemas educativos, dando a mais alta prioridade orçamentária e política, abrangendo todas as crianças, independente de suas dificuldades ou de suas diferenças individuais.
- Adotar o princípio da educação integrada, como força de lei ou como política, a permissão da matrícula para todas as crianças em escolas comuns.
- Criar mecanismos para avaliação do ensino de crianças e adultos, com necessidades educacionais especiais, mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento e supervisão.
- Para o atendimento de alunos com deficiência, a promoção e facilitação da participação dos pais, da comunidade e das organizações das pessoas com deficiência, na tomada de decisões e no planejamento para atender as necessidades educacionais especiais desses alunos.
- Assegurar que na mudança sistemática, continue voltado numa mudança sistemática, tanto inicial, quanto continuada, para atender também a necessidades educacionais especiais de todos os estudantes.

A partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), o tema escolarização de alunos na Educação Especial em classe comum passou a ser discutido

internacionalmente. A inclusão escolar deve estar unida a todos os segmentos da sociedade, só que na educação o processo aconteceu de forma mais efetiva, por causa das leis, decretos e diretrizes nacionais.

Na Guatemala, em 1999, aconteceu a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação e desigualdade contra as pessoas com deficiência, que decorrem da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano aprovado pelo decreto 3956 em 2011 (BRASIL, 2001). E também foi muito importante para a definição do termo deficiência.

Foi destaque a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, concretizada em 11 de dezembro de 2006, na sede da ONU, em Nova York. Esta convenção derivou o primeiro combinado sobre os direitos humanos do século XXI, tendo o foco às pessoas com deficiência e a sua inclusão social, com autonomia e independência, estabelecendo que toda as pessoas tem o direito à educação e também foram concretizados direitos como de acessibilidade ao trabalho e a não discriminação, entre vários outros.

Esse marcos de conquistas mostra a luta dos deficientes em conquista dos seus direitos, que crescem a cada dia mais e sempre deve se renovar.

4.3 PCN – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Apresentando os PCNs da Educação Física, que explicitam que embora numa aula de Educação Física os aspectos corporais sejam mais evidentes, mais facilmente observáveis, e a aprendizagem esteja vinculada à experiência prática, o aluno precisa ser considerado como um todo no qual aspectos cognitivos, afetivos e corporais estão inter-relacionados em todas as situações. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

Não basta a repetição de gestos estereotipados, com vistas a automatizá-los e reproduzi-los. É necessário que o aluno se aproprie do processo de construção de conhecimentos relativos ao corpo e ao movimento e construa uma possibilidade autônoma de utilização de seu potencial gestual. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

O processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, portanto, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

Trata-se de compreender como o indivíduo utiliza suas habilidades e estilos pessoais dentro de linguagens e contextos sociais, pois um mesmo gesto adquire significados diferentes conforme a intenção de quem o realiza e a situação em que isso ocorre. Por exemplo, o chutar é diferente no futebol, na capoeira, na dança e na defesa pessoal, na medida em que é utilizado com intenções diferenciadas e em contextos específicos; é dentro deles que a habilidade de chutar deve ser apreendida e exercitada. É necessário que o indivíduo conheça a natureza e as características de cada situação de ação corporal, como são socialmente construídas e valorizadas, para que possa organizar e utilizar sua motricidade na expressão de sentimentos e emoções de forma adequada e significativa. Dentro de uma mesma linguagem corporal, um jogo desportivo, por exemplo, é necessário saber discernir o caráter mais competitivo ou recreativo de cada situação, conhecer o seu histórico, compreender minimamente regras e estratégias e saber adaptá-las. Por isso, é fundamental a participação em atividades de caráter recreativo, cooperativo, competitivo, entre outros, para aprender a diferenciá-las. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

Aprender a movimentar-se implica planejar, experimentar, avaliar, optar entre alternativas, coordenar ações do corpo com objetos no tempo e no espaço, interagir com outras pessoas, enfim, uma série de procedimentos cognitivos que devem ser favorecidos e considerados no processo de ensino e aprendizagem na área de Educação Física. E embora a ação e a compreensão sejam um processo indissociável, em muitos casos, a ação se processa em frações de segundo, parecendo imperceptível, ao próprio sujeito, que houve processamento mental. É fundamental que as situações de ensino e aprendizagem incluam instrumentos de registro, reflexão e discussão sobre as experiências corporais, estratégicas e grupais que as práticas da cultura corporal oferecem ao aluno. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

Portadores de deficiências físicas: Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de deficiências físicas foram (e são) excluídos

das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

É fundamental, entretanto, que alguns cuidados sejam tomados. Em primeiro lugar, deve-se analisar o tipo de necessidade especial que esse aluno tem, pois existem diferentes tipos e graus de limitações, que requerem procedimentos específicos. Para que esses alunos possam frequentar as aulas de Educação Física é necessário que haja orientação médica e, em alguns casos, a supervisão de um especialista em fisioterapia, um neurologista, psicomotricista ou psicólogo, pois as restrições de movimentos, posturas e esforço podem implicar riscos graves. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

Garantidas as condições de segurança, o professor pode fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Uma criança na cadeira de rodas pode participar de uma corrida se for empurrada por outra e, mesmo que não desenvolva os músculos ou aumente a capacidade cardiovascular, estará sentindo as emoções de uma corrida. Num jogo de futebol, a criança que não deve fazer muito esforço físico pode ficar um tempo no gol, fazer papel de técnico, de árbitro ou mesmo torcer. A aula não precisa se estruturar em função desses alunos, mas o professor pode ser flexível, fazendo as adequações necessárias. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

Outro ponto importante é em relação a situações de vergonha e exposição nas aulas de Educação Física. A maioria das pessoas portadoras de deficiências tem traços fisionômicos, alterações morfológicas ou problemas de coordenação que as destacam das demais. A atitude dos alunos diante dessas diferenças é algo que se construirá na convivência e dependerá muito da atitude que o professor adotar. É possível integrar essa criança ao grupo, respeitando suas limitações, e, ao mesmo tempo, dar oportunidade para que desenvolva suas potencialidades. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

A aula de Educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos. (BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997. V. 7 - Educação Física).

4.4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E INCLUSÃO DOS DEFICIENTES

Na Legislação Brasileira, do ponto de vista legal, seguindo os seguintes princípios definidos pelos documentos orientadores de âmbito internacional, sobre a Educação Especial que se fundamenta na Constituição da República Federativa do Brasil, de maneira especial em seu artigo 208 que determina:

Art. 208 – O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988).

E no Art. 227 determina: § 1º II - Criação de programas de prevenção atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (BRASIL, 1988.)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu capítulo V (Da Educação Especial) proclama:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1999.)

E ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), determina no seu Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer no:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Decreto nº 3.298/99) determina:

Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural. (BRASIL, 1999).

Mesmo com toda essa legislação que ampara o deficiente com um Atendimento Educacional Especializado, ainda assim a inclusão não se faz cumprir, porém para que isso aconteça é preciso mais do que nunca, a aceitação desses procedimentos em lei principalmente pelos profissionais de educação. Pois podemos se dizer que uma das dificuldades de se acontecer à inclusão é a falta de conhecimento da legislação, e também o preconceito.

Para a inclusão dos deficientes vem então a Educação Especial, definindo - se pela Resolução mais atual no momento a CNE/CEB Nº 3, de 13 de maio de 2016 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, instituiu diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Que define no seu Artigo no capítulo V do direito a ação pedagógica – curricular adequada: III - garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com deficiência;

Que se refere à modalidade de Ensino especial que garante ao aluno com deficiência o atendimento especializado que significa que eles darão ajuda e apoio aos alunos que estiverem incluídos no Ensino Regular. Com a aplicação de um currículo adaptado e funcional, compatível com a condição de cada um.

Os alunos que necessitam dessa Educação Especial seriam voltado na Resolução CNE/CEB de 11 de fevereiro de 2001 que diz o seu Artigo 5º :

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- a) Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específicas;
- b) Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

Então a Educação Especial seria um currículo escolar adaptado para a inclusão da pessoa com deficiência e professores especializados para dar o suporte para o desenvolvimento da pessoa com deficiência que estiverem incluídos no Ensino Regular.

E os alunos que seriam incluídos nessa resolução de atendimento especializados, seriam os alunos com dificuldades de aprendizagem e no acompanhamento das atividades, não dizendo a respeito à deficiência e sim as necessidades do aluno para que ele possa participar das aulas em condições de igualdade.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) publicou a Portaria nº 2.344/ 2010, alterando a forma como as pessoas com deficiência devem ser tratadas. De acordo com a nomenclatura atualizada, onde se lê “Pessoas Portadoras de Deficiência” leia-se “Pessoas com Deficiência”, afastando oficialmente a palavra “portador” da terminologia.

O termo "pessoas com deficiência" faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificado no Brasil em julho de 2008.

4.5 DEFINIÇÕES: DEFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA COGNITIVA

A definição de deficiência é um termo que vem sendo discutido e sempre revisto, no Artigo 1 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência cita que: Pessoas com Deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

No Decreto Nº 3298/99 – Regulamenta a lei 7.853/89 que diz:

I - Deficiência	Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
II - Deficiência Permanente	Aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;
III - Incapacidade	Uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Sendo assim a definição de Deficiência é bem ampla, buscando lidar com a necessidade de cada um, sendo que uma pessoa ela pode nascer com a deficiência ou adquirir ela de alguma forma como ate mesmo por conta de doenças ou acidentes de trânsito e também de trabalho.

Agora falando especialmente do que seria a Deficiência Cognitiva e os fatores que predispoem a tal deficiência.

Deficiência cognitiva ou Deficiência Mental o seu conceito é extremamente amplo, ligado à baixa capacidade intelectual (QI), que ocorre o baixo rendimento cognitivo, as pessoas com Deficiência Mental ou Cognitiva podem apresentar comprometimento na execução de atividades diárias e execuções de tarefas, e é

caracterizado por comprometimento da cognição, o que traz dificuldades de se adaptar a sociedade, demandando medidas sócio-educacionais adequadas com graus, variante de ajuda ou supervisão. (BRASILMEDIA)

Trazendo em conta que existem quatro tipos de deficiências a Deficiência mental leve ou educável, Deficiência mental moderada ou treinável, Deficiência mental severa ou treinável, Deficiência mental profunda ou dependente.

Segundo O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – **DSM**) as causas de ordem primária podem ser biológicas e/ou psicossociais, a determinação das pessoas avaliadas nem sempre são identificados. Mas os principais fatores predisponentes são:

Hereditariedade	Erros que nasce com o individuo	Herdado	Por meio de mecanismo autossômico recessivo, em relação ao gene.	
Alterações precoces do desenvolvimento embrionário	Alterações cromossômicas (por exemplo: síndrome de Down devido à trissomia 21)		Dano pré-natal causado por toxinas (por exemplo: consumo materno de álcool, infecções).	
Problemas de gravidez e perinatais	Desnutrição fetal	Prematuridade	Infecções	Traumatismos
Transtornos Mentais	Transtorno Autista		Transtornos Globais do Desenvolvimento.	
Condições médicas gerais contraídas no início da infância	Infecções		Traumas.	
Influências Ambientais	Falta de cuidados e de afeto, e estimulação social.			

O diagnostico pode ocorrer logo ou tarde depende quando mais grave for o Déficit Cognitivo.

A pessoa com Deficiência Cognitiva apresenta dificuldade escolar, problemas de atenção, problemas de memória, problemas de linguagem, problemas de aprendizagem, de cuidados pessoais, habilidades sócias, e de integração.

4.6 IMPORTÂNCIA E RECOMENDAÇÕES PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES COGNITIVOS

Para Seaman e De Pauw (1982) a aula de Educação Física especial deveriam seguir as seguintes ordem pedagógicas:

- 1- Avançar lentamente, proporcionando primeiramente atividades com a família para o aluno;
- 2- Na primeira parte da aula introdução de atividades novas;
- 3- Orientar o aluno de forma clara sobre o que se deve realizar na atividade;
- 4- Mostrar as ideias para o aluno devagar, com pequena quantidade de informações por vez;
- 5- Sempre que necessário usar exemplo concretos;
- 6- Permanecer informado sobre o nível de atenção e empenho dos alunos.
- 7- Oferecer metas que possam ser alcançadas e que estejam no nível de desempenho do aluno;
- 8- Fundamentar as novas experiências em movimentos antecipadamente aprendidos;
- 9- Nas atividades enfatizar a sua terminologia;
- 10- Um bom reforço do desempenho e elogiar as tentativas;
- 11- Na aula incluir estrutura e uma rotina;
- 12- Permitir através de experiências a participação de todos os alunos;
- 13- Mudar sistematicamente e lentamente a estrutura da aula, para oferecer oportunidade para melhorar a adaptabilidade emocional.
- 14- Usar demonstrações, do próprio professor ou de outros alunos.

Então é importante lembrar que se deve respeitadas as deficiências que aluno apresenta, mas sem que isso impeça que o aluno participe das aulas de Educação Física, porem deve se buscar o desenvolvimento individual e a inclusão do aluno,

permitindo a socialização com os outros alunos, o que permitira um melhor desenvolvimento desse aluno.

Do ponto de vista sócio-afetivo, o objetivo do educador deve ser, em primeiro lugar, o de desenvolver uma relação afetiva baseada na confiança, na aceitação e no respeito, a fim de que possa favorecer o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual. (Neves-Ferreira, 1993, p. 23).

O Deficiente Cognitivo para manter – se motivado as aulas deve se utilizar uma forma de comunicação sócio-afetiva, para assim estabelecer uma relação afetiva com esse aluno o que vai favorecer o seu desenvolvimento.

O atendimento das pessoas com deficiência no campo da Educação Física é conhecido como Educação Física Adaptada – EFA que é entendida com:

Um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos adequados a interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiências que não podem se engajar com participação irrestrita, segura e bem-sucedida em atividades vigorosas de um programa de educação física geral (PEDRINELLI, 1994, p. 8).

Para Rosadas (1994, p. 23) a Educação Física Adaptada é definida como:

(...) uma área do conhecimento em Educação Física e Esportes que tem por objetivo privilegiar uma população caracterizada como portadora de deficiência ou de necessidades especiais, e desenvolve-se através de Atividades Psicomotoras, Esporte Pedagógico, Recreação e Lazer Especial, e Técnicas de Orientação e Locomoção.

Dessa forma a Educação Física vem para trazer benefícios para a vida do Deficiente Cognitivo, não só dele como de todos os deficientes, desenvolvendo as destrezas manipulativas, sensório-motoras, tanto de agilidade, como força corporal, trazendo técnicas de orientação e locomoção muito importante para o Deficiente Cognitivo e também e trazendo uma educação desportiva.

Para Chicon (1999), Cabe ao professor orientar ao aluno de acordo com seu ritmo para as experiências e a parti do seu nível de desenvolvimento.

Um aluno que tenha Déficit Cognitivo que ainda não apresenta um bom desenvolvimento motor para movimentos fundamentais, como saltar e correr, por exemplo, pode então esse aluno ser estimulado para superar esse Déficit, como no ensinamento de saltos, mas no caso dele deve se começar primeiramente parado,

ate que ele consiga coordena a corrida com o salto, trazendo para ele benefícios de coordenação motora e de agilidade, respeitando suas condições psicomotoras.

A Educação Física como um meio de atividades físicas aliada ao Deficiente Cognitivo vai trazer a melhoria da condição cardiorrespiratória e funcional, outro benefício é em relação a sua autoestima, suas relações com os outros alunos, nas condições afetivas e aumentando a sua inclusão sociocultural e escolar.

CONCLUSÃO

Foi descrito a história dos deficientes tendo em vista as suas lutas contra o preconceito e a busca pelos seus direitos, com isso os deficientes conseguiram em vista da sua história a conquista de vários direitos e datas importantes. Contudo este estudo buscou analisar a relação da Educação Física com as deficiências, e por fim os benefícios e a importância para os Deficientes Cognitivos, mostrando que é possível a participação das pessoas com deficiências nas aulas de Educação Física.

Conclui-se neste trabalho que existem princípios determinados do ponto de vista legal, partindo da Declaração de Salamanca onde foi feita a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Em junho de 1994 pela Unesco, para a implementação de acesso e qualidade aos deficientes sendo assim na Legislação Brasileira, que garantem aos alunos com deficiências o direito de serem matriculados em escolas regulares, com responsabilidade da escola de oferecer atendimentos educacionais especiais, para os alunos com necessidades educacionais.

A Educação Especial seria um currículo escolar adaptado para a inclusão dos alunos com deficiência, com professores especializados para ajudar no desenvolvimento desse aluno e inclusão nas aulas práticas de Educação Física faz parte desse currículo com adaptações de acordo com as necessidades dos alunos.

Desta forma concluiu-se neste trabalho que os benefícios que a Educação Física traz para a vida do Deficiente Cognitivo são tanto sensorio-motoras, agilidade, e no desenvolvimento de técnicas de orientação e locomoção muito importante para esse aluno, ajuda na sua autoestima, pois ajuda nas aulas a sua interação e relação com os outros alunos, aumentando a sua inclusão escolar, com atividades físicas trazendo também melhoria da sua saúde como na melhoria da condição cardiorrespiratória e funcional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R.; **O QUE É DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU ATRASO COGNITIVO?** Instituto Inclusão Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/O%20QUE%20%C3%89%20DEFICI%3%8ANCIA%20INTELECTUAL%20OU%20ATRASSO%20COGNITIVO.pdf> Acesso em: 30 Maio, 2016;

ARANHA, Maria Salete. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 março, 2001. Pg.160-173.

BATTISTELLA, L. R.; **Conceito de Deficiência Segundo a Convenção da ONU e os Critérios da CIF.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>> Acesso em: 20 Maio, 2016;

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental.** Volume 7 - Educação Física – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>> Acesso em: 02 Maio, 2016;

BRASIL. **Legislação Específica / Documentos Internacionais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>> Acesso em: 15 Maio, 2016;

BRASIL. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 15 Maio, 2016;

BRASIL. **Resoluções do CNE** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12816>> Acesso em: 16 Maio, 2016;

BRASIL. **Resoluções da Câmara de Educação Básica (CEB) – 2016.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=34011>> Acesso em: 16 Maio, 2016;

BRASIL. **PROJETO DE LEI DE 2016.** Altera o Art. 98, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1438570.pdf>> Acesso em: 18 Maio, 2016;

BRASILMEDIA. **Deficiência Cognitiva.** Disponível em: <<http://www.brasilmedia.com/Deficiencia-Cognitiva.html>> Acesso em: 26 Maio, 2016;

CARVALHO, Yara Maria de. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol.22, n.2, p.9-21, janeiro 2001.

FERNANDES, L.B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C.; **Breve Histórico da Deficiência e Seus Paradigmas.** Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf> Acesso em: 30 Abr., 2016.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDLINCS. **Deficiência Mental - Exame e Tratamento.** Disponível em: <<http://www.mendelics.com/doencas-raras/deficiencia-mental/>> Acesso em: 25 Maio, 2016;

MÉIO, M. D. B. B.; LOPES, C.S.; MORSCH, D. S. **Fatores prognósticos para o desenvolvimento cognitivo de prematuros de muito baixo peso.** Rev. Saúde Pública vol.37 n.3 São Paulo Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000300008> Acesso em: 25 Maio, 2016;

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.; **O direito da pessoa com deficiência: marcos internacionais.** Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155248/1/unesp-nead_reei1_ee_d02_texto01.pdf> Acesso em: 02 Maio, 2016;

SANTOS, L.C; CASTRO, I. J. **Educação física a distância: módulo 6** Brasília : Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/ef000007.pdf>> Acesso em: 10 Maio, 2016;

VIAÇÃO COMETA. **Convivendo com pessoas com deficiência.** Um guia para facilitar suas relações no trabalho e na vida. Viação Cometa, Disponível em: <<http://www.viacaocometa.com.br/shared/programa-inclusao-social.pdf>> Acesso em: 22 Maio, 2016.